MEMÓRIA E RESISTÊNCIA: PERCURSOS FORMATIVOS DE MULHERES BAIANAS NOS RELATÓRIOS DA COMISSÃO DA VERDADE DA BAHIA

Angelita de Sousa Leite
Universidade do Estado da Bahia, Brumado, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-6619-8000
Endereço eletrônico: aleite@uneb.br

Júlia Maria Lima Araújo
Universidade do Estado da Bahia, Brumado, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0009-0001-8199-8989
Endereço eletrônico: juliamaliaraujo@gmail.com

Palavras-chaves: ditadura; memória e resistência; percursos formativos; mulheres; resistência; violência.

INTRODUÇÃO

O regime civil-militar instaurado no Brasil em 1964 promoveu perseguições políticas contra cidadãos engajados na defesa da democracia. Entre os atingidos, destacaram-se mulheres que, ao assumirem protagonismo em atividades políticas, educacionais e culturais, tornaram-se alvo da repressão, evidenciando a força de sua participação na resistência.

É nesse cenário que se insere o subprojeto de Iniciação Científica "Percursos (Auto)formativos de Mulheres Perseguidas Politicamente na Bahia (1964-1978): Diálogos com o Relatório da Comissão da Verdade", vinculado ao projeto em rede "A Relação Mulheres – Educação e Regime Político Autoritário no Nordeste do Brasil (1964-1978)". O estudo busca investigar as trajetórias formativas de mulheres baianas perseguidas durante o regime, com o intuito de compreender processos de (auto)formação, militância política e inserção profissional. A partir dos depoimentos reunidos nos volumes da Comissão da Verdade da Bahia, em diálogo com outras fontes, pretende-se mapear perfis sociais, políticos e educacionais, evidenciando práticas de resistência e os impactos da repressão sobre suas vidas.

Os dados já apontam para a diversidade de perfis e a multiplicidade de experiências, indicando que a repressão atingiu mulheres de diferentes origens sociais e educacionais, embora todas tenham compartilhado a condição de invisibilização histórica. Nesse sentido, a

análise documental revela como a repressão não apenas limitou direitos, mas também impulsionou processos de formação e resistência, manifestados em distintas dimensões da vida dessas mulheres.

A relevância acadêmica e social da pesquisa reside na possibilidade de dar visibilidade às experiências femininas durante o regime autoritário, ampliando o conhecimento científico sobre gênero, educação e direitos humanos**.** O mapeamento em andamento permitirá não apenas identificar os perfis das mulheres baianas perseguidas, mas também compreender os processos formativos que emergiram em meio à repressão, revelando como a educação e a militância se tornaram instrumentos de resistência. Nesse sentido, é pertinente recordar que, como afirma Thompson (1981, p. 57-59), "qualquer momento histórico é ao mesmo tempo resultado de processos anteriores e um índice da direção de seu fluxo futuro [...], há um sentido no qual o passado melhora o presente, pois a história continua sendo seu próprio laboratório de processo e resultados". Essa perspectiva reforça a importância deste trabalho, sobretudo diante do atual recrudescimento da relação entre mulher, educação e autoritarismo, tão evidente no cenário político brasileiro.

METODOLOGIA

A pesquisa fundamenta-se na metodologia qualitativa, tendo como método principal a análise documental**,** cuja escolha se justifica pela necessidade de recuperar memórias individuais e, ao mesmo tempo, construir uma narrativa coletiva sobre a resistência das mulheres ao regime civil-militar. Esse método possibilita identificar como as trajetórias formativas das mulheres perseguidas e encarceradas se articularam às práticas políticas e às experiências de repressão, revelando os modos pelos quais elas transformaram vivências pessoais em processos de resistência coletiva.

O trabalho envolve o levantamento de fontes em acervos digitais, como a Biblioteca Nacional e os arquivos do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) da Bahia, além da leitura, transcrição e análise dos depoimentos registrados volumes I e II do *Relatório da Comissão da Verdade da Bahia*. A investigação é conduzida sem esquemas rígidos, permitindo que as próprias narrativas revelem pautas, conexões e sentidos, em diálogo com outras fontes, como egodocumentos, jornais, revistas, fotografias e legislação educacional.

O referencial teórico apoia-se em autores como Bloch (2001), Certeau (1982) e Le Goff (2003), que discutem a escrita da história e a memória, bem como em Perrot (1991; 1995) e Ferrarotti (2014), cujas contribuições são fundamentais para a compreensão da História das Mulheres e do método (auto)biográfico. Essa articulação entre documentação e

teoria sustenta a análise das trajetórias femininas, permitindo interpretar processos de (auto)formação, militância política e inserção profissional em meio à repressão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dois volumes do Relatório da Comissão da Verdade da Bahia, embora realizada em diálogo com outras fontes documentais como jornais e dossiês, fundamenta-se prioritariamente nos depoimentos prestados pelas mulheres à Comissão. São essas narrativas que estruturam os resultados apresentados neste trabalho, permitindo alcançar uma compreensão significativa das trajetórias femininas durante o regime civil-militar. O mapeamento realizado a partir dos relatos das depoentes evidencia a diversidade de perfis sociais, políticos e educacionais das mulheres perseguidas, revelando origens distintas, formações variadas e diferentes inserções profissionais.

O depoimento de Eliana Rolemberg (Vol. II, p. 157) é exemplar nesse sentido, ao relatar sua prisão em Salvador e os impactos sobre sua vida profissional: *"*A prisão não foi apenas um ato de violência física, mas uma tentativa de destruir nossa capacidade de pensar e agir coletivamente". Sua trajetória, marcada por militância estudantil, encarceramento, exílio e posterior atuação em organizações sociais, mostra como a repressão atingiu mulheres de formação universitária e como suas experiências se transformaram em práticas de resistência.

A reconstrução dos percursos formativos revela que os processos de (auto)formação emergiram em meio à repressão, seja pela militância política, pela atuação em espaços educacionais ou pela experiência de encarceramento. No caso de Maria de Jesus (Vol. I, p. 149; Vol. II, p. 467), embora não tenha sido presa, seu relato mostra como a prisão do esposo e de parentes próximos impactou sua vida e a obrigou a assumir novas responsabilidades familiares e comunitárias. Esse dado empírico evidencia que a repressão não se limitou às pessoas diretamente encarceradas, mas também atingiu mulheres em seu entorno, ampliando os efeitos da violência política. Essa constatação dialoga com as reflexões de Perrot (1991) sobre a invisibilização das mulheres na história e com Ferrarotti (2014), ao destacar o valor dos relatos (auto)biográficos para compreender processos formativos em contextos de adversidade.

No campo jurídico, a análise dos enquadramentos aplicados às mulheres perseguidas demonstra a seletividade e a arbitrariedade das acusações. O caso de Rosa Borges dos Santos (Vol. I, p. 178), acusada de "subversão" sem provas concretas, ilustra como os dispositivos legais foram mobilizados para justificar a repressão. Esses registros, embora marcados pela

violência institucionalizada, hoje se tornam fontes fundamentais para compreender a extensão da perseguição e para valorizar as vozes femininas como protagonistas da resistência política.

O depoimento de Teresinha Dantas Menezes (Vol. II, p. 771) mostra como sua atuação educacional estava diretamente vinculada às reivindicações políticas, reforçando a centralidade da educação como instrumento de resistência. Já Keila Simpson (Vol. II, p. 927) traz à tona a invisibilização das mulheres trans e travestis perseguidas, ampliando a compreensão da repressão para além das militantes tradicionais.

Essa valorização das narrativas individuais confirma a perspectiva de Paul Thompson (1981), ao defender que a história oral devolve voz aos sujeitos e conecta experiências pessoais a processos coletivos. Ao recuperar e sistematizar essas memórias, esse estudo contribui para a construção de uma narrativa coletiva que reconhece as mulheres como protagonistas da resistência política. Esse processo se materializa não apenas na produção acadêmica (relatórios, artigos científicos e apresentações em eventos), mas também no fortalecimento do debate público sobre gênero, educação e direitos humanos.

CONCLUSÕES

Os depoimentos reunidos nos volumes da Comissão da Verdade da Bahia revelam que a repressão do regime civil-militar atingiu mulheres de diferentes perfis: militantes universitárias, familiares de presos políticos, educadoras e mulheres trans ampliando os efeitos da violência para além do encarceramento direto. Casos como os de Eliana Rolemberg, Maria de Jesus, Teresinha Dantas Menezes e Keila Simpson ilustram a diversidade dessas experiências e demonstram como a militância, a educação e a memória se tornaram instrumentos de resistência.

Ao articular esses relatos com os referenciais teóricos de Perrot, Ferrarotti e Thompson, a pesquisa evidencia que os processos de (auto)formação emergiram em meio à repressão e contribuíram para a construção de uma narrativa coletiva. Essa memória não apenas ilumina o passado, mas também fortalece o presente, reafirmando a importância de dar visibilidade às mulheres como protagonistas da luta por democracia, direitos humanos e igualdade de gênero.

REFERENCIAS

Bahia. Comissão Estadual da Verdade. **Relatório da Comissão Estadual da Verdade da Bahia – Volume I.** Salvador: Comissão Estadual da Verdade, 2014

Bahia. Comissão Estadual da Verdade. **Relatório da Comissão Estadual da Verdade da Bahia – Volume II.** Salvador: Comissão Estadual da Verdade, 2014.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CERTEAU, M. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

FERRAROTTI, Franco. **História e histórias de vida**. O método biográfico nas Ciências Sociais. Natal: EDUFRN, 2014.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2003.

PERROT, Michelle; DUBY, Georges. **História das mulheres no Ocidente**: do Renascimento à Idade Moderna. Porto: Afrontamento; São Paulo: Ebradil. v.3. 1991.

PERROT, Michelle. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. **Cadernos Pa**gu, Campinas, n. 4, p. 9-28, 1995.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado:** história oral. Oxford: Oxford University Press, 1981.